

# GÊNERO E SEXUALIDADE: DISCUSSÃO SOB UMA PERSPECTIVA FEMINISTA E ANTIRRACISTA A PARTIR DA ENTREVISTA COM PROFA. DRA. MÁRCIA DOS SANTOS MACEDO (UFBA)<sup>1</sup>

Anna Christina Freire Barbosa<sup>2</sup>  
<http://orcid.org/0000-0001-5307-0828>

Heloisa de Sousa<sup>3</sup>  
<http://orcid.org/0000-0002-6522-1360>



A entrevista realizada em novembro/2021 com a Profa. Dra. Márcia dos Santos Macedo seguiu perguntas sobre Gênero e Sexualidade, de modo a buscar registrar sua ampla experiência nessa temática, o que fica claramente evidenciado em sua introdução, em que ela faz um retrospecto de sua experiência profissional na UFBA. No decorrer da entrevista – que foi gravada e depois transcrita –, muitas vezes, Márcia já adaptava a nossa questão ao que ela pretendia responder, ou seja, interligando a sua experiência profissional nesse campo. Suas respostas estão relacionadas às questões que nós da Cronos a ela formulamos, e respondidas com base na experiência coletiva da UFBA.

**Márcia dos Santos Macedo:** Pensei em iniciar me situando em termos da minha área de formação (como socióloga) e da minha inserção profissional (o NEIM). Eu brinco e digo que tenho “dupla personalidade” porque fiz Serviço Social e, no processo dessa graduação, me apaixonei pelas Ciências Sociais e, então, fiz graduação, mestrado e doutorado em Ciências Sociais. Mas, desde a graduação eu me encontrei com os Estudos de Gênero e com o Feminismo, mais especificamente com o NEIM, ou melhor, com o *Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher*, da Universidade Federal da Bahia. O NEIM foi fundado em 1983 e cheguei por lá em 1992, ainda na graduação e, então, estou caminhando para 30 anos de NEIM. Agora estou pronta para as perguntas.

---

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), licenciada em Ciências Sociais, bacharel em Sociologia, mestre e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente, é professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia, coordenadora do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade (BEGD/UFBA) e pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM-UFBA). Leciona disciplinas de Introdução aos Estudos de Gênero, Teorias Feministas, Gênero e Geração e Pedagogias Feministas. <https://orcid.org/0000-0001-7892-9918>. E-mail: [mismacedo@ufba.br](mailto:mismacedo@ufba.br), <https://orcid.org/0000-0002-4860-5661>.

<sup>2</sup> Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia/FACAPE. Líder do grupo de pesquisa Direito e Sociedade. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: [acbarbosa@uneb.br](mailto:acbarbosa@uneb.br).

<sup>3</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Integrante do Grupo de Pesquisa do CNPq, Saúde, Gênero, Trabalho e Meio Ambiente. E-mail: [heloisadesousa@hotmail.com](mailto:heloisadesousa@hotmail.com).

**Cronos:** Pergunta 1 - *Como alguém das Ciências Sociais, que tem trabalhado dentro da questão de gênero e feminismo, vê essa questão dos temas relacionados a gênero, alteridade e desigualdades sociais e raciais? Como você vê dentro do dia a dia do trabalho as interconexões entre patriarcado e racismo estrutural?*

**Márcia dos Santos Macedo:** Vou começar falando como alguém que pertence a um coletivo, pois gosto sempre de pensar a minha história e a minha inserção institucional como produto disso. Particularmente, essa minha posicionalidade acadêmica tem a ver exatamente com o fato de eu ser parte de um coletivo feminista que se posicionou como um coletivo acadêmico feminista. Passei a ser membro do NEIM ainda como estudante de iniciação científica. Fui aluna da professora Alda Britto da Motta – uma das fundadoras do NEIM, socióloga brilhante e a quem devo muito da minha formação profissional – em 1992, em um curso monográfico que se chamava “Teoria Sociológica e realidade social” em que ela trabalhava com “a questão da mulher” a partir da leitura dos Clássicos das Ciências Sociais até autores/as contemporâneos/as. Foi uma experiência muito iluminadora e um grande divisor de águas para mim, despertando a minha paixão pelas questões de gênero. Então, é como integrante do NEIM e, hoje, como pesquisadora permanente, que sinto que grande parte do que tenho a dizer ganha significado exatamente a partir desse pertencimento. Penso que, sozinha, sou apenas uma professora que assume cargos e tarefas institucionais e que não tem um grande destaque enquanto pesquisadora, a não ser como membro dessa coletividade. O NEIM é o terceiro núcleo feminista criado no país e, talvez, um dos que mais tenha insistido, digamos assim, no investimento em sua institucionalização. O NEIM foi criado a partir do Mestrado em Ciências Sociais, da FFCH/UFBA, quando, um grupo de mulheres docentes de áreas Sociologia, Antropologia e Ciência Política se encontra e decide criar esse núcleo e a partir daí, vai incorporar professoras/pesquisadoras de outros departamentos como Letras, Enfermagem, Música, Biologia, Educação, Serviço Social e docentes/pesquisadoras de outras universidades como pesquisadoras associadas. Uma das questões importantes a destacar é que o NEIM surge em uma época em que ainda não se falava em estudos de gênero – pelo menos não com essa força – e o Núcleo acabou insistindo em manter o nome “Estudos sobre a Mulher”, embora, depois, vá fazer uma série de problematizações, inclusive a questão do plural “mulheres” e, no contexto das teorias feministas, a ênfase no debate da “questão de gênero”, mas nisso tudo, sempre foi fundamental a fidelidade a um ideário feminista. Nessa trajetória, o NEIM buscou insistentemente trabalhar essa questão do “tripé” ensino/pesquisa/extensão, ofertando cursos de extensão e realizando pesquisa e parte da experiência de ensino vindo da oferta, pelas docentes, de várias disciplinas de graduação e pós-graduação, além de cursos diversos sobre teorias feministas. Foi assim que, no início dos anos 2000, o NEIM oferece um curso de Especialização em Gênero e Desenvolvimento Regional – uma experiência em parceria com a REDOR, uma Rede de Núcleos Feministas de várias Universidades Federais do Norte e Nordeste – e, através do financiamento da Fundação Ford, conseguiu disponibilizar bolsas de estudo para pessoas de vários estados

do Norte e Nordeste para a realização de pesquisas na área dos estudos de gênero e feminismo. Essa talvez tenha sido, digamos assim, a semente que vai fazer com que, em 2005, o NEIM proponha para a CAPES a criação do primeiro Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos, e acaba, muito oportunamente, dando o nome de PPGNEIM. Vale destacar que nosso programa já nasceu como Mestrado e Doutorado e ainda permanece como o único Programa de Pós-graduação no Brasil na área dos Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismos visto que, em algumas universidades, existem programas que têm uma linha de pesquisa nessa área – como é o caso do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Um outro momento importante nessa trajetória aconteceu em 2008, com a proposição, pelo Governo Federal, do Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais, o REUNI. Com o apoio do Departamento de Ciência Política, o NEIM vai propor para a UFBA uma graduação na área de Gênero e Diversidade e que, obtendo aprovação, tem sua primeira turma em 2009 e se torna o primeiro Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade no país. Trata-se de um bacharelado de progressão linear e que fez, pela primeira vez, na universidade brasileira, um concurso público para docente em Teorias Feministas – e que eu tive a felicidade de ser aprovada! É um curso noturno com duração de quatro anos e que visa formar profissionais para a proposição e gestão de políticas de equidade. O curso, a princípio, começa vinculado ao Departamento de Ciência Política e, em 2015, passa a ter o seu próprio departamento com a aprovação, pela UFBA, da criação do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo, do qual, atualmente, eu assumo a chefia no biênio 2021-2023. É importante dizer que nem todas as pessoas que estão no Departamento são pesquisadoras do NEIM, pois existem outros núcleos no campo dos estudos de gênero e diversidade na UFBA. Para concluir essa trajetória, gostaria de salientar que o próprio NEIM cresceu muito e se tornou muito mais plural. Hoje somos mais de 30 pesquisadoras de diferentes áreas do conhecimento e, com isso, ficou muito difícil manter o NEIM como um grupo unificado dentro do diretório do CNPq. Assim, acabamos criando, a partir das linhas de pesquisa do NEIM, novos grupos de pesquisa. É daí que vem minha ligação ao grupo GAD – Gênero, Alteridades e Desigualdades e que tem hoje duas linhas de pesquisa: uma que trabalha com a questão das “Interseccionalidades, Modos de Vida e Processos de Subjetivação” – que é a linha a qual estou vinculada – e a segunda que se chama “Gênero, Gerações e Sociabilidades” – essa é a linha através da qual, historicamente, a profa. Alda Britto da Motta vem trabalhando o estudo das gerações. Então, realmente finalizando agora: eu fiz todo esse esforço de situar a minha fala por achar importante dizer o lugar “desde onde” são produzidas as reflexões que faço nessa conversa com vocês – realmente acho que tudo que eu penso tem a ver com essa trajetória, isto é, a forma como nos construímos enquanto um coletivo, bem como as escolhas teóricas e políticas que vamos fazendo nesse contexto.

**Cronos:** Pergunta 2 - *Márcia, você estava falando que foi criado o mestrado e o doutorado ao mesmo tempo. Isso é uma coisa rara. Acho que isso aí já vem de toda uma força e reconhecimento que vocês já tinham criado antes e que vocês tiveram ali naquele momento, não?*

**Márcia dos Santos Macedo:** O fato de sermos um grupo interdisciplinar, isso traz uma força. Diria que parte dessas companheiras, “que já estavam na estrada”, já eram pessoas com uma trajetória dentro dos seus respectivos campos. Isso possibilitou a proposta de um programa interdisciplinar, mas que tinha pessoas com experiência consolidada nas suas áreas e, ao mesmo tempo, abertas ao diálogo. Então, o projeto pedagógico do programa pode contar com docentes doutoras há algum tempo – pois na década de 1990 todas/os foram pressionadas/os a fazerem os seus doutorados – e com uma trajetória consolidada nos seus respectivos programas de pós-graduação e, inclusive, com experiência de orientação em nível de doutorado e, pelo menos, cinco das proponentes já eram professoras do Doutorado em Ciências Sociais. Um outro fator importante era o fato de que, naquele momento, a pós-graduação e o campo dos estudos interdisciplinares também se ampliavam no país. E acredito que havia um argumento muito importante: o fato de não existir nenhum doutorado, naquele momento, na América Latina, no campo dos Estudos de Gênero, pelo menos especificamente em Gênero e Feminismo não havia. Mas nem tudo foi tão simples assim: tivemos algumas grandes personalidades, inclusive dentro da CAPES, dizendo que isso era um modismo e logo ia passar. Felizmente não passou.

**Cronos:** Pergunta 3 - *Como é a relação do PPGNEIM, que tem em sua maioria mulheres, com os outros Programas de Pós-graduação e com a Universidade?*

**Márcia dos Santos Macedo:** Primeiro, acredito que o fato de o NEIM ser um grupo tão antigo na UFBA – a gente vai fazer 40 anos! – cria, dentro da Universidade, eu diria que uma certa pressão por mais aceitação. Se somos tão longevas creio que é porque a gente tem conseguido lidar bem com a adversidade. Não gosto de trabalhar com essa ideia de culto à personalidade, mas acho que uma outra questão é que nós tivemos a felicidade de termos mulheres muito aguerridas do ponto de vista da proposição e do enfrentamento. Para além de um grupo de pesquisa, o NEIM sempre teve muita disposição para trabalhar de uma forma que articulava bem ensino, pesquisa e extensão. Então, nesse processo, desenvolveu inúmeros projetos, inclusive projetos de extensão de assessoria a organizações da sociedade civil e estatais, também na área de desenvolvimento rural, inserindo a questão de gênero em projetos rurais, pesquisa com sindicatos e associações de mulheres. O NEIM aceitou desafios como, por exemplo, com a Câmara de Deputados – fizemos uma capacitação para técnicos e técnicas do Legislativo –, trabalhamos nas Conferências de Políticas para Mulheres, inclusive aqui na Bahia assumimos a elaboração do texto dos Planos Estaduais de Políticas para Mulheres I e II, demos assessoria em determinados momentos à Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM/PR, o NEIM tem assento a várias

gestões no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Estado da Bahia. Na década de 1990, uma das nossas colegas foi Secretária Executiva do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, ainda naquela primeira formação antes da Criação da SPM e da SEPPIR. Todo esse envolvimento evidenciava uma postura, também internamente dentro da UFBA, de valorização da ocupação de espaços pelas mulheres. Então, penso que essa iniciativa acabava, digamos assim, senão eliminando a resistência, mas pelo menos evidenciando uma proatividade que dava mais trabalho para a recusa de determinadas propostas que vinham do NEIM. Então, quando a proposta do programa de pós-graduação foi apresentada, ela estava “alicerçada” por toda essa atuação, inclusive do ponto de vista do impacto regional daquele grupo, não apenas dentro da Universidade. Além disso, mesmo com a aprovação da pós-graduação, o Núcleo continuava desenvolvendo um trabalho de extensão intenso, inclusive participando de processos formativos oferecidos através de editais do MEC/SECADI – como o GDE/Gênero e Diversidade na Escola e o GPP- GER/Gestão de Políticas Públicas, Gênero e Raça –, quando, durante vários anos, percorremos diversas regiões da Bahia ofertando centenas de vagas de cursos de aperfeiçoamento e especialização. Vale a pena destacar ainda que, em 2007, o NEIM ganhou uma concorrência junto ao DFID (*Department for International Development*), do Governo Britânico. Tratava-se de um consórcio de 13 países – Paquistão, Índia, Bangladesh, Serra Leoa, Gana, Egito, entre outros – e o NEIM representava o Brasil nesse projeto chamado “Pathways” ou Trilhas do Empoderamento das Mulheres, visando a construção de uma rede de pesquisa para influenciar a construção de políticas para favorecer a equidade de gênero nesses países. Então, creio que esse lastro de atuação “aparou” um pouco as resistências às propostas apresentadas pelo NEIM – obviamente que houve alguma oposição e ainda hoje há quem conteste a cientificidade dos estudos feministas. Um exemplo disso é o questionamento da validade acadêmica de uma graduação em gênero, pois a ideia de gênero como uma área de atuação transversal acaba, em alguns momentos, dando argumentos para a tese de que não haveria um espaço de formação específica em gênero por se tratar de um tema que deveria estar em todas as formações. Trata-se de uma premissa falaciosa, pois a defesa da transversalidade pressupõe, estrategicamente, um ponto focal inicial de onde essa proposta da transversalidade possa acontecer, isto é, um curso, um departamento que seja o ponto de irradiação desse debate e que possa oferecer disciplinas para outros cursos da Universidade. Para nós, a proposição de uma graduação foi fundamental, inclusive porque permitiu nossa ampliação e, de certa forma – sempre brinco dizendo que *somos feministas que tivemos êxito na reprodução em cativeiro* – uma renovação inclusive geracional. Hoje temos colegas com idades de 37 até 90 anos. Uma das pesquisadoras, autoras do projeto original do NEIM, tem 90 anos e continua lecionando e realizando pesquisa em plena sintonia com o tempo social – inclusive é bolsista de produtividade do CNPq. Então, minha hipótese é de que parte do êxito de ter conseguido vencer a resistência no nosso entorno decorre dessa atitude sempre propositiva do Núcleo. Obviamente que há outros fatores, porque senão fica parecendo que nós temos uma realidade especial e uma história diferenciada dos outros... Penso que temos um



conjunto de circunstâncias que nos favoreceu e, nesse sentido, também tivemos a oportunidade de ter eleições livres na Universidade e reitorias com comprometimento com as questões dos direitos humanos e alguma capacidade de diálogo. Durante algum tempo, inclusive, o NEIM foi um órgão suplementar da Universidade Federal, o que representava ter assento na Congregação da Faculdade, cargo de direção (com função gratificada), um/a funcionário/a e um pequeno recurso orçamentário. Posteriormente, perde-se esse estatuto jurídico e essas prerrogativas e o NEIM, compulsoriamente, se torna um órgão complementar da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Ainda assim, o Núcleo continua buscando projetos para sua autossustentação e a universidade tem mantido um certo compromisso com o nosso funcionamento enquanto estrutura física: temos um prédio próprio com salas e equipamento para as pesquisadoras, uma portaria com vigilância, manutenção das instalações e assento na Congregação da FFCH.

**Cronos:** Pergunta 4 - *O fato de vocês terem uma graduação, e depois mestrado e doutorado, você considera que houve aí um aprofundamento maior? O que vocês fazem na graduação, é o que vocês teriam feito anteriormente no mestrado?*

**Márcia dos Santos Macedo:** Foi o inverso. Primeiro surgiu o mestrado e o doutorado.

**Cronos:** Cont. Pergunta 4 - *Sim, mas eu estou dizendo agora, atualmente?!*

**Márcia dos Santos Macedo:** Gostaria de iniciar pontuando uma questão: hoje, a graduação, o Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade se tornou, eu não diria maior, mas independente do NEIM – embora faça parte da história do Núcleo e vice-versa, já que foi proposto pelo NEIM através do Departamento de Ciência Política. Agora, primeiro veio o desafio de criar uma pós-graduação que visava formar pessoal capacitado não apenas para a atuação na Universidade, mas para a atuar na sociedade. Isso é muito importante, inclusive, quando a gente refletia, para fazer os relatórios para a Capes, sobre a necessidade de avaliar o impacto social da formação desses recursos humanos qualificados nesse campo do conhecimento. Acho que propor um curso de graduação nos permitiu dar uma ênfase ainda maior do ponto de vista dessa dimensão instrumentalizadora para a intervenção social – e não apenas para a formação de pesquisadores/as. Sempre tivemos uma preocupação em não dissociar a capacitação em pesquisa da formação voltada para uma intervenção comprometida com a transformação da sociedade. Nessa perspectiva, o/a graduando/a tem uma formação pensada para uma inserção propositiva em termos de políticas estatais e de projetos para atuação em organizações da sociedade civil – por isso um Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade com concentração na área de políticas públicas. Obviamente que essa formação está embasada em uma leitura crítica e interseccional da realidade social, na questão da instrumentalização para a pesquisa

e para a intervenção social. O curso exige a realização de estágio e a construção de uma monografia como trabalho de conclusão de curso. É muito importante permitir ao/à discente a experiência de conhecer a atuação de instituições que trabalhem nas áreas de gênero e diversidade e direitos humanos em geral – como Ministério Público, Secretarias de Políticas para Mulheres ou de Equidade Racial, Defensoria Pública, Centros de Referência LGBTQIA+, Secretarias de Educação, organismos de combate à violência contra a mulher, ONGs, entre outras.

**Cronos:** Pergunta 5 - *E qual o perfil das pessoas que se inscrevem para o curso?*

**Márcia dos Santos Macedo:** É um curso noturno, o que significa que ele é procurado, prioritariamente, por trabalhadoras/es, em sua grande maioria. Parte dessas pessoas possui uma trajetória ou alguma forma de militância com a luta feminista, combate ao racismo, ação sindical e luta LGBTQIA+. Assim, tem uma predominância de pessoas negras e, principalmente, de mulheres negras de diversas faixas etárias, mas também há homens e população LGBTQIA+, inclusive algumas pessoas não binárias e pessoas trans. Já tínhamos uma certa demanda por parte de pessoas oriundas de outros estados, mas com a pandemia e o ensino remoto essa busca cresceu, afinal, somos a única graduação nesta área no país. O fim da pandemia coloca para nós uma questão sobre como essas pessoas de outros estados seguirão no curso quando voltarmos ao presencial. Mas, a grande maioria é de pessoas da Bahia e da Região Metropolitana de Salvador e que possuem uma certa trajetória com os ativismos.

**Cronos:** Pergunta 6 - *Como, a partir dessa participação profissional, você reconhece que na origem dos problemas relacionados à essa temática estariam o patriarcado e o racismo estrutural? Dentro dessa sua trajetória no NEIM e graduação e pós-graduações que você participa, como você caracterizaria, considerando que a maioria que você descreveu dos alunos seriam negros?*

**Márcia dos Santos Macedo:** Essa é uma realidade mais evidente na graduação desde o seu início em 2009. Na pós-graduação, essa composição tem se alterado mais nos últimos anos e tem crescido muito o número de mulheres negras no mestrado e no doutorado – inclusive, desde 2019, já temos cotas para estudantes negras/os e também LGBTQIA+, aldeados e quilombolas. Essa demanda crescente, para mim, consolida nosso esforço para nos constituirmos enquanto um espaço de formação não apenas feminista, mas também antirracista. Nesse sentido, o PPGNEIM e o Bacharelado em Gênero e Diversidade, possuem uma expertise dentro da temática dos estudos feministas que, historicamente, optou por tomar como foco a compreensão e a denúncia da questão da ordem patriarcal de gênero. Escolhi um termo que a Heleieth Saffioti usa, “ordem patriarcal de gênero”,

porque ele permite fazer essa denúncia acerca de como todas as estruturas da nossa sociedade, desde a máquina capitalista até o Estado, estão impregnadas disso que ela vai chamar de ideologia do sistema patriarcal. Confesso que me sinto mais confortável com essa opção ao invés de usar o termo patriarcado – pura e simplesmente. Como docente da área das teorias feministas, acho importante falar um pouco sobre a necessidade de problematizar o uso de alguns conceitos como o de patriarcado ou mesmo questionar essa hegemonia quase absoluta do conceito de gênero. Como professora de Teorias Feministas na Graduação e no PPGNEIM, vivencio os dois lados: o de quem está chegando na discussão e o de quem já consolidou a discussão a ponto de automatizar alguns conceitos. Então, considero importante primeiro destacar que gênero não é um conceito inocente, pois não é um termo que por si só explique/desnude a engrenagem capitalista, sexista e racista desta sociedade. Por isso acho importante associar o conceito de gênero ao conceito de patriarcado – é uma perspectiva que precisa ser valorizada – exatamente porque Saffioti tem uma ideia de que o simples uso da categoria gênero não ataca o coração da engrenagem da exploração e da dominação. Em certo sentido, gênero seria um conceito muito mais neutro – até porque é possível pensar em uma sociedade que tem gênero, mas não uma ordem de gênero patriarcal, como ela vai qualificar em vários momentos de sua obra. Então, penso que, como alguém que trabalha com teorias feministas, preciso reconhecer o mérito crítico dos estudos feministas, em especial do feminismo radical dos anos 1970, com as teorias do patriarcado e, mais adiante, também tenho uma grande simpatia com relação à forma como o feminismo materialista fez avançar essa discussão. Eu brinco e sempre e digo assim: se “me apertam muito numa esquina” – naquela situação limite – digo “sim, sou feminista materialista!”, embora haja algumas tensões nessa relação, como em relação à resistência da maioria ao uso do conceito de gênero... Acho que o feminismo materialista foi muito feliz ao explicitar como se produz a dominação/apropriação das mulheres enquanto classe de sexo. Por outro lado, gosto muito da posição da Heleieth Saffioti quando ela defende que não é preciso desistir da categoria gênero e nem de patriarcado porque ambos persistem com uma utilidade teórica e política. Gênero é um conceito mais amplo que patriarcado, permitindo entender que a gente pode viver diferentes ordens de gênero em diferentes momentos da história, inclusive essa ordem de gênero patriarcal que a gente vive hoje – aí fica evidente a utilidade do conceito de patriarcado para qualificar/denunciar essa ordem de gênero que precisa ser superada. Voltando à questão do patriarcado e racismo estrutural na atual sociedade capitalista, a agudização das desigualdades neste momento histórico mostra a pertinência de pensarmos na ideia da simbiose ou ainda do “nó”, isto é, das imbricações das relações entre capitalismo, racismo e patriarcado. Precisamos entender como é estruturante para a sociedade capitalista a persistência das desigualdades de raça e de gênero e vice-versa. Mas, ao mesmo tempo, é preciso reconhecer – e aqui expressei um momento de autocrítica em relação à nossa trajetória no NEIM –, que parte dessa trajetória (e da minha própria trajetória) manteve a centralidade no debate gênero e classe e apenas recentemente tem enxergado a questão do racismo estrutural. É evidente que estamos falando da posicionalidade do



feminismo hegemônico em face à discussão do racismo e o simples fato de se poder “escolher” que oprimido priorizar já é por si só resultado de privilégios. Então, importa reconhecer que boa parte dessas feministas, inclusive desse núcleo do qual eu sou parte, acaba se tratando, majoritariamente, de um grupo composto por mulheres brancas, cis, heterossexuais e de classe média. E, no meu caso, embora não possa ser considerada uma mulher branca, sei que não sou racializada da mesma forma que uma mulher preta, então, por estar na classificação do IBGE como uma mulher “parda” sei que usufruí de uma possibilidade que só tardiamente me levou a me preocupar com as interseções entre gênero, raça e classe e a descobrir o feminismo negro. Assim, na minha dissertação de mestrado, defendida em 1999, e ainda sem o conceito de interseccionalidade, é quando começo a trabalhar com essa ideia das interconexões de gênero, raça, classe e geração. Tive a felicidade de ter a socióloga e intelectual negra Luiza Bairros na minha banca de mestrado e foi fundamental porque ela me sacudi em relação à questão do racismo que, no meu trabalho, ainda se apresentava como questão de fundo, sem a centralidade necessária.<sup>4</sup> Voltando mais uma vez a sua pergunta: “o que o contato com essas estudantes negras, com esses estudantes negros vai trazer para vocês?” Esses/Essas estudantes vão trazer a constatação e confronto de que nós não tínhamos enegrecido esse currículo e que nós não tínhamos problematizado as nossas referências em termos do racismo estrutural. Quando o curso de pós-graduação foi criado em 2005, já havia uma disciplina que se chamava “Dinâmicas de Gênero, Raça e Classe” – que existe até hoje – e que tinha esse papel de pensar as interseccionalidades, sem necessariamente dar esse nome. Desde os anos 1990 vários/as autores/as já vinham problematizando essa ideia da interconexão de marcadores sociais, mas, frequentemente, priorizando uma dupla – gênero e classe, gênero e geração, gênero e sexualidade –, mas, o que vai acontecer a partir daí: a entrada de estudantes negras na graduação e, mais tarde, também na pós-graduação, vai trazer uma contestação da insuficiência do nosso currículo em termos daquilo que nós chamamos de Diversidade. Enfim, era uma Graduação em Gênero com algumas “pitadas” de Diversidade! Então, foi preciso fazer uma autocrítica e repensar isso. Desde os semestres iniciais, o curso tinha uma única disciplina (no terceiro semestre) para discutir racismo – que se chamava “Gênero e Relações Raciais” – e, por fim, a nossa constatação: no estado brasileiro com maior contingente de população negra, não tínhamos sequer uma disciplina de introdução ao debate sobre raça, racismo e antirracismo e, assim, passamos a ministrar esse componente,

<sup>4</sup> Nesse trabalho, discuto a falsa homogeneidade criada em torno do rótulo mulheres chefes de família exatamente por não se problematizar as imbricações de gênero, raça, classe e geração e em como elas produzem oportunidades e constrangimentos que levam a diferentes experiências e trajetórias. No doutorado, dou continuidade a essa pesquisa, contestando a ideia simplista de feminização da pobreza das chefes de família, pois, na visão corrente, o fato de se tornarem chefes de família gerava mais empobrecimento e, assim, se culpabilizava as mulheres por não conseguirem cuidar de suas famílias. Os achados da pesquisa mostram que se tornar chefe de família, para as mulheres, muitas vezes é um indicativo de melhoria das condições de vida. Inclusive, se questiona a idealização da figura masculina e o mito do alto investimento da renda dos homens nos domicílios – algumas famílias, ao perderem a renda masculina, melhoraram a qualidade de vida pela melhor distribuição dos recursos que permanecem, e não necessariamente pelo montante de renda do núcleo duplo, inclusive porque, parte dela, muitas vezes, não era dirigida ao grupo doméstico. Enfim, pensar gênero, raça, classe e geração, como categorias de análise e numa perspectiva interseccional teve um papel iluminador no meu olhar enquanto mulher racializada e pesquisadora feminista.

posteriormente, ainda na graduação, passamos a oferecer uma terceira disciplina, intitulada “Pensamento do Feminismo Negro”. Logo em seguida, essa disciplina passará a ser oferecida na Pós-graduação e, posteriormente, passará a ser ministrada com o nome de “Feminismos Negros Decoloniais”. Para além dessa questão curricular na graduação e na pós-graduação, as/os estudantes negros questionavam o número reduzido de docentes negros/as na pós-graduação e também no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade. Com a realização de novos concursos e transferência de docentes, tivemos a entrada de mulheres negras como professoras na graduação e na pós-graduação – mulheres que se assumem como mulheres negras e com um forte protagonismo na questão racial. Vale destacar a realização do primeiro concurso para Gênero e Relações Raciais em 2015, foi importantíssimo! Assim, hoje temos três professoras que trabalham com questões de gênero e raça, tivemos estudantes nossos da pós-graduação que são ativistas negras e que deram aulas como docentes substitutos/as e que se preparam para ocupar espaço como docentes e pesquisadoras nessa área. Por fim, merece ainda um breve comentário, a decisão do NEIM, em 2020, em começar um grupo de estudos sobre raça e antirracismo e um outro dado importante, a questão da ampliação do número de mulheres negras como pesquisadoras permanentes e associadas que já se mostra dando os primeiros resultados, após se tornar objeto de discussão e ação em anos recentes.

**Cronos:** Pergunta 7 - *Teoricamente, você acha que o conceito de interseccionalidade, porque é um conceito que você, inclusive, assume nas suas disciplinas, ele realmente está na base dessa discussão?*

**Márcia dos Santos Macedo:** Primeiro, é preciso assumir que essa postura tem que ser consenso entre as feministas, temos que reconhecer a importância estratégica de pensar o feminismo articulado ao enfrentamento do racismo estrutural. Não dá mais, para quem se diz feminista falar: “ah, é importante, mas...”. Essa postura – de privilegiar exclusivamente o debate de gênero – tem reforçado o que as mulheres negras têm chamado de epistemídio, isto é, um apagamento estrutural dos conhecimentos produzidos por sujeitos que estão distantes do referente homem-branco-cristão-cisgênero-europeu-ocidentalizado. Então, temos que reconhecer que as teorias consideradas “diversas” vinham sendo negadas e subutilizadas ou, às vezes, – como nos lembra Audre Lorde – se colocava uma “pitada” dela inserindo a fala de uma mulher negra em um evento, um texto de uma intelectual negra em um curso, mas raramente se assumiu sua importância. Então, vocês perguntam: **Como a interseccionalidade ajudou a pensar a desigualdade sob a perspectiva de gênero e qual a importância do conceito para o avanço dos estudos feministas?** Acho que já começo a responder nessa introdução ao defender que devemos ao feminismo negro a noção de interseccionalidades exatamente porque as mulheres negras precisaram explicitar que havia limites no conceito de gênero tomado de per se. Mais que propor um conceito, a interseccionalidade se mostra extremamente útil como um ângulo

crítico de compreensão de realidade. Por isso, é importante que seja entendida como lentes analíticas que vão trazer uma radicalização da noção que as Ciências Sociais traziam em termos de “dimensões da existência” ou “marcadores da vida social” que se interconectam. A perspectiva das interseccionalidades vai radicalizar essa perspectiva, mostrando que esses marcadores ganham significado a partir do entendimento dos sistemas de opressão e de que eles operam de forma profundamente articulada. Nesse sentido, é que, paradoxalmente, o conceito de gênero perde parte de sua força explicativa quanto mais seja tratado de forma dissociada de outros marcadores. Ao contrário, vejo o debate de gênero ganhando monumental importância à luz das interfaces com outros sistemas de opressão, por ter sua dimensão heurística ampliada pela possibilidade de compreender uma gama crescente de relações mutuamente constituídas também pela classe, raça, sexualidade, geração e por aí vai. Óbvio que a necessidade de compreender as teorias de gênero persiste. Por exemplo, como deixar de lembrar a importância da Joan Scott ao apresentar a ideia de gênero como uma das primeiras “formas” de dar significado às relações de poder no Ocidente e, portanto, como uma categoria de análise fundamental? Como alguém que vem do campo das teorias feministas, não tenho como deixar de reconhecer a importância da compreensão de como gênero marca as relações sociais, as diversas institucionalidades, as ideologias, nosso dia a dia, indo desde as dimensões mais micro da existência às grandes estruturas da sociedade, inclusive, na própria forma como o capitalismo se reproduz. Então, essa ideia de gênero como um elemento recorrentemente estruturante do poder, acho isso genial – exatamente porque nos deixa entrever que não existe um aspecto da experiência humana que não tenha esse “colorido”, esse tom de gênero. Mas, o que é que acontece daí em diante? Eu gosto de brincar com as alunas, dizendo que a “linha” de gênero costura tudo, mas que esse fio que segura gênero é um fio de teia de aranha. Sempre faço essa pergunta: existe algo que liga todas as mulheres e que possa ser explicado só pelo gênero? Sim, existe, é exatamente esse fio de teia de aranha, que sustenta essa realidade do gênero (do “nós mulheres”) por um milésimo de segundo e depois ele se parte – exatamente pelo fato de que gênero é importante, mas sozinho não tem consistência para dar conta dessa multiplicidade da existência humana dentro de sistemas de opressão e privilégios. A própria teoria feminista já dava um pouco essa pista, quando alertava para o fato de que gênero não é o único campo e nem o mais importante, e que nem tudo é uma questão de gênero. Me encanta ver como essas teorias questionaram estruturas de poder que são construídas por meios complexos e múltiplos, a implosão dos modelos binários, a ruptura com a ênfase na diferença sexual – em especial, à ideia do dimorfismo sexual, essa fixação numa suposta complementaridade macho/fêmea – e toda a crítica à heterossexualidade compulsória através da imposição de uma inteligibilidade padronizada de sexo, gênero e desejo cis-heteronormativo, como nos mostrou a Judith Butler. Tudo isso foi importantíssimo, mas essa teoria não pode nos levar a “estacionar” nesse sujeito padrão mulher-branca-cis-hétero-classe média do feminismo hegemônico. Mais uma vez, peço ajuda a Audre Lorde, quando ela nos lembra que “não existe hierarquia de opressões”, portanto, gênero tem um lugar importante, mas, repito, é

apenas um fio nessa “tapeçaria das opressões”. Se escutarmos com atenção a voz de mulheres negras como Sojourner Truth, as ativistas do Combahee River Collective, Audre Lorde, Kimberlé Crenshaw, Lélia Gonzalez e tantas outras, vamos perceber que a história da luta das mulheres negras tem se constituído, num certo sentido, como a história da construção da perspectiva da interseccionalidade. Óbvio que a disseminação na academia do debate sobre interseccionalidade vai favorecer um uso do conceito que não é o mesmo do feminismo negro, como alerta a Sirma Bilge num artigo que foi traduzido na Revista Feminismos do PPGNEIM. Bilge vai mostrar que há praticamente um rapto intelectual da interseccionalidade por parte de uma série de autores/as eurocentrados/as, tomando o conceito como uma grande solução mágica e que, de repente, basta colocar esse “toque interseccional” e que tudo está resolvido para compreender a complexidade do mundo. Ledo engano. Para mim, o feminismo negro pensa (e vive) a interseccionalidade muito além de uma teoria: é um modo de compreensão do mundo e simultaneamente uma ferramenta de luta política e que não precisou aguardar a criação do conceito acadêmico para poder existir – li essa frase em algum lugar e concordo plenamente com ela, pois a perspectiva interseccional é muito maior do que o próprio conceito. Para concluir, vejo o feminismo negro decolonial com sua perspectiva interseccional como a mais efetiva crítica às limitações do uso hierarquizante do conceito de gênero como uma categoria explicativa central. Na verdade, pensar as interconexões de gênero com outras hierarquias sociais e, mais ainda, compreendendo o *modus operandi* dos sistemas de opressões e privilégios através do uso da interseccionalidade possibilita, ao fim e ao cabo, intensificar a potencialidade disruptiva do próprio gênero. Como já diziam as intelectuais ativistas no documento do Combahee River Collective, em 1977: somos mulheres negras, somos atingidas por múltiplas discriminações, por toda a parte do globo nós estamos sendo atingidas e não temos como continuar lutando contra uma opressão dissociada da outra. Somos atingidas por opressão de raça, por opressões sexuais, por opressões heterossexuais, por opressão de classe. Se a realidade funciona dessa forma, a gente precisa de um processo de teorização e de uma prática que seja igualmente múltipla para compreender esses sistemas e para enfrentá-los e destruí-los de maneira simultânea. Esse texto parafraseado por mim, coloca em evidência como o feminismo negro fez o que podemos chamar de uma “jogada de mestras” ao denunciar a impossibilidade de uma compreensão compartimentalizada da experiência de determinados sujeitos e chama nossa atenção para o fato de que é preciso ver isto também do ponto de vista dos privilégios e não apenas das discriminações. Que ideia é essa de que raça é só para quem sofre o racismo? Não, todos somos racializados, mas quem é racializado na dimensão do privilégio, não precisa problematizar isso, pois pode se “dar ao luxo” de abstrair/ignorar o processo de racialização. Outra questão: até que ponto os movimentos feministas devem se voltar apenas para enfrentar o sexismo? Óbvio que não. Grada Kilomba relata uma situação de discriminação de uma jovem negra, em seu livro *Memórias da Plantação*, e lança uma pergunta que vai nessa direção: Isso é racismo ou isso é sexismo? Ela vai dizer: olha a minha pergunta não faz sentido. Trata-se de um racismo genderizado, pois só pode ser compreendido através da

imbricação das duas opressões. Então, volto a minha fala no início desta pergunta: pode a luta feminista deixar de perceber a importância do racismo estrutural? Certamente que não! O feminismo que faz isso, o faz devido a seus próprios privilégios de classe, de raça, de gênero. Grada Kilomba vai ainda alertar para o fato de que alguns sujeitos habitam num espaço vazio e que se sobrepõe às margens da raça e às margens do gênero – ela vai chamar de um terceiro espaço e diz que é onde habitam as mulheres negras. Então, para mim, esse feminismo negro, tecido coletivamente por Grada Kilomba e tantas outras mulheres insubmissas, é muito pertinente e vai ao ponto central do debate interseccional quando rompe com esse vácuo, com o apagamento da contradição do “isso ou aquilo?” e mostra que essa polarização de mundos é exatamente um privilégio que alguns sujeitos não têm o direito de exercitar e de usufruir dessas possibilidades (*e passabilidades*, com perdão do trocadilho), exatamente porque é constituído mutuamente através do racismo gendrado. Agora, concluindo de verdade: para mim, a interseccionalidade a partir desse olhar provocativo produzido pelos feminismos negros decoloniais é uma chave importantíssima de leitura do mundo e simultaneamente uma potente ferramenta de transformação social, obviamente que consegue sê-lo por ser fruto de uma vinculação orgânica com as lutas por equidade e justiça social e não apenas como um mero exercício de conceituação acadêmica.

**Cronos:** Pergunta 8 - *Você tem mais alguma coisa para colocar?*

**Márcia dos Santos Macedo:** Sim. Gostei da provocação feita por vocês através de uma pergunta sugerida em torno das contribuições do feminismo para se pensar o futuro da democracia. Primeiro, acho que é preciso falar em feminismos com um “S” no final, pois o grande desafio desse debate das interseccionalidades vai nessa direção de pluralizar mesmo. Não dá mais para falar em feminismo no singular, inclusive entre os grupos do espectro político que chamamos de Feminismos Negros, existem aqueles que recusam a identidade política de “feminista” – por vários motivos, mas principalmente, pela origem eurocentrada do movimento e pela resistência do feminismo hegemônico em reconhecer o racismo como contradição fundamental na vida das mulheres negras e da população negra – e preferem se autodenominar de Mulheristas Africanas ou mesmo de Movimento de Mulheres Negras. No atual momento político em que vivemos, um contexto de agudização do conservadorismo e de ataque generalizado a direitos sociais, sentimos que estamos enfrentando uma força esmagadora que busca estreitar os limites de a quem podemos chamar de humano. Dessa forma, defendo enfaticamente a construção de alianças em torno de projetos que vão ao encontro da ampliação da diversidade humana. A perspectiva interseccional fornece, neste sentido, ferramentas teóricas e políticas aos feminismos e outros movimentos em direção ao elastecimento dessa noção de dignidade humana. Penso em várias direções, desde as chamadas dissidências sexuais e de gênero, envolvendo pessoas não binárias ou de gênero fluido, pessoas trans, travestis e toda uma



gama de identidades, afetividades e sexualidades múltiplas e contestadoras do cis-heteropatriarcado. Também do desejo de pluralização das vivências assinaladas pela diversidade de geração (e também pelo preconceito etário), pela necessidade premente de superação do capacitismo e até mesmo do especismo (antes que consigamos destruir o planeta!). Então, considero que os feminismos e, inclusive, gosto de usar a expressão “feminismos interseccionais”, estimulam essa abertura para pensar a multiplicidade da existência humana e a diversidade dos sujeitos que assumirão seu protagonismo a partir de diferentes lugares de enunciação. É bell hooks quem elabora, de uma maneira exemplar, esse chamamento para perseguirmos a luta coletiva quando diz que não precisamos erradicar as diferenças para sentir solidariedade, mas que podemos dividir a mesma luta, a partir do reconhecimento de privilégios e da construção de políticas de coalizão. Para materializar essa política, não apenas devemos tentar escapar das situações opressivas, mas é preciso buscar “aquele pedaço do opressor” que está em nós. Acho esse um grande desafio para nós, as feministas que estão dentro da academia – como é o nosso caso no NEIM, na Graduação em Gênero e Diversidade e no PPGNEIM – e que estão também vivenciando uma série de privilégios, muitas vezes, encasteladas nas sofisticadas teorizações e que se arriscam a um afastamento do cotidiano da luta política. Para finalizar (mesmo), acredito que autorreflexividade requer também autocrítica, isto é, pensar na própria questão dos privilégios e também aprender com quem faz esse caminho “cujos passos vêm de longe”, cheio/a de uma alegria libertadora de poder dizer que “o feminismo é para todo mundo”, como lembra bell hooks. É preciso ter orgulho desse lugar e acreditar nas potencialidades, tanto do ponto de vista das teorias e epistemologias, quanto do ponto de vista da materialização disso na luta cotidiana e acho que os feminismos interseccionais – como o feminismo negro – têm muito a ensinar.